

AVALIADA EM 1 BILIÃO DE DÓLARES

## Financiamento da ADIN vai agravar a já insustentável dívida pública



O Cenário Fiscal de Médio Prazo<sup>1</sup> (CFMP 2022-2024), instrumento que marca o início do ciclo de planificação e orçamentação, avança cenários preocupantes em relação à evolução da dívida pública de Moçambique. Por exemplo, as projecções relativas às despesas públicas mostram que os encargos com a dívida pública, isto é, os pagamentos de juros relacionados com o serviço da dívida, passarão de 27.114,8 milhões de metica

is em 2021 para 38.731,8 milhões de metica

is em 2022, evidenciando um crescimento de cerca de 42,8%. Aliás, dados apresentados pelo CFMP indicam que a tendência deverá continuar crescente, pelo menos nos próximos três (3) anos, atingindo 44.734,2 milhões de metica

is em 2024, o equivalente a uma subida de cerca de 65% em relação a 2021.

Apesar dessas projecções, o Governo está a mobilizar um bilião de dólares para

financiar as actividades da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. O anúncio foi feito na semana passada pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, o governante responsável pela tutela administrativa da instituição. A mobilização do financiamento é feita antes mesmo da aprovação do plano estratégico da ADIN, denominado Estratégia Resiliente do De-

<sup>1</sup> <https://www.mef.gov.mz/index.php/destaques/300-cenario-fiscal-de-medio-prazo-2022-2024-com-sinais-animadores>

envolvimento Integrado do Norte. O documento ainda está em consulta pública nas três províncias onde serão implementados os projectos da agência de desenvolvimento da região norte.

A forma como o financiamento está a ser mobilizado pode comprometer os resultados esperados: recorrer ao endividamento público para mobilizar um bilião de dólares vai agravar a já insustentável dívida pública. O CFMP 2022-2024 mostra que a dívida pública alcançou 93% do PIB em 2020. De entre os factores que contribuíram para o agravamento da dinâmica da dívida pública em 2020 destacam-se a tendência de depreciação cambial, aumento da dívida interna e externa face à necessidade de incorrer às despesas para mitigar os choques climáticos adversos e a pandemia da Covid-19.

Actualmente, a dívida interna representa apenas 20% da carteira total da dívida pública, mas os seus encargos representam cerca de 55% (em 2020) do total dos encargos da dívida pública (interna e externa). Segundo aponta o CFMP 2022-2024, perspectiva-se que a participação da dívida interna nos encargos da dívida pública ascenda aos 62% até 2023.

O Tribunal Administrativo, no seu parecer sobre a Conta Geral do Estado 2019, constatou que a emissão de Bilhetes do Tesouro (BT) ultrapassou o limite máximo legalmente estabelecido, nos termos do Regime Jurídico dos Bilhetes do Tesouro, aprovado pelo Decreto n.º 22/2004, de 7 de Julho. Aliado a isto, está a fraca capacidade do Tesouro de pagar os títulos de curto prazo, o que pode ser observado pela recorrente transição de saldos em dívidas de BT.

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique tem estado a manifestar

preocupação com a subida exponencial da dívida pública interna. No seu mais recente comunicado de 17 de Março, o Comité de Política Monetária faz notar que de Janeiro a Março deste ano, a dívida pública interna, excluindo contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, aumentou de 183,8 mil milhões de meticais para 189,0 mil milhões de meticais.

Assumindo um cenário moderado, o Ministério da Economia e Finanças faz notar que a tendência é de melhoria da trajectória da dívida pública de 2022 a 2024, de 89% para 80% respectivamente. Ainda assim, a dívida pública permanece a níveis acima do limite prudencial de endividamento em relação ao PIB, que é de 40%. Este quadro implica que o País continuará a apresentar uma pressão fiscal significativa decorrente, em parte, das flutuações cambiais, o que poderá acarretar a necessidade da reestruturação da dívida.

O financiamento da ADIN não está reflectido no CFMP 2022-2024 porque a sua mobilização está a ser feita fora do mecanismo normal de governação em Moçambique, designadamente fora do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado. “O Ministro da Economia e Finanças devia apresentar a proposta de financiamento da ADIN à apreciação da Assembleia da República para que seja aprovado dentro do sistema nacional de governação e de gestão das finanças públicas. Permitir que se mobilize um bilião de dólares fora do sistema nacional das contas públicas estamos a voltar a fazer novas dívidas ocultas”, comentou Adriano Nuvunga, director do CDD.

Adriano Nuvunga defende que o Governo deve encontrar outra forma de financiamento da ADIN que não seja através de

endividamento público. “Quando há esse tipo de projectos, é em sede dos contratos com as multinacionais que deve ser garantido o financiamento para o desenvolvimento local. Porque o desenvolvimento do norte de Moçambique visa, em última instância, criar um ambiente de aceitação dos projectos de exploração de gás natural”.

Mais do que resolver problemas de desenvolvimento, o endividamento público para financiar a ADIN em um bilião de meticais vai causar outros problemas para a economia nacional. “É possível encontrar formas de as multinacionais adiantarem o dinheiro para o Estado moçambicano para garantir o desenvolvimento local. Quando a produção começar, lá mais para frente, as empresas podem fazer esse desconto sem onerar o Estado com dívidas. Moçambique está a tornar difícil a monetização dos projectos porque está numa situação de dívida insustentável”.

Criada em Março de 2020 pelo Conselho de Ministros, a ADIN tem como mandato promover acções de carácter multiforme com vista ao desenvolvimento sócio-económico das províncias de Cabo Delgado, Niassa, e Nampula; e promover a criação de emprego para os jovens do norte de Moçambique como forma de os desencorajar a juntar-se aos grupos terroristas que têm protagonizado ataques nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado desde de Outubro de 2017. Através de projectos de desenvolvimento socioeconómico e de criação de emprego para jovens, a agência pode desempenhar um papel estratégico na eliminação das causas internas do conflito ou dos problemas locais que tornam a juventude vulnerável a recrutamento pelos grupos terroristas.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

